



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA - 2016

1. INTRODUÇÃO

No sentido de realizar as atividades de controle conforme disposto no Ato nº. 1.627/2008, deste Egrégio Tribunal de Justiça, e Resolução CNJ n. 171/2013, apresentamos o Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2016, com o objetivo de estabelecer o cronograma dos trabalhos a serem realizados nas unidades deste Tribunal, compreendendo o planejamento, execução, elaboração de relatórios, apresentação de sugestões de aprimoramento e o controle das atividades desenvolvidas.

A auditoria interna tem como finalidade fortalecer a gestão dos recursos financeiros, patrimoniais e humanos, visando à eficiência, economicidade e eficácia das ações administrativas. Assim sendo, a partir de dados obtidos em análises por amostragem, os desperdícios, as omissões, os erros e as falhas poderão ser corrigidos e até mesmo evitados. Tais dados levarão à propositura de ações preventivas e saneadoras a serem tomadas pelas unidades auditadas, propiciando a evolução da qualidade dos serviços prestados.

2. DIVISÃO DE AUDITORIA

O efetivo a ser utilizado será de cinco servidores, sendo assim composto o quadro funcional:

Sirley Maclaine da Graça – Chefe da Divisão de Auditoria

Formação Acadêmica:

- Contadora
- Mestre em Economia do Setor Público e pós graduada em auditoria

Pablo Roberto N. Moreira - Chefe do Setor de Auditoria Contábil

- Formação Acadêmica:
- Contador
- Pós-Graduação em Auditoria e Perícia Contábil



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Patrícia Brito Vieira – Chefe do Setor de Auditoria Financeira

Formação Acadêmica:

- Contadora
- Pós-Graduada em Auditoria Contábil

Cleverton Barreto de Oliveira – Analista Judiciário

Formação Acadêmica:

- Engenheiro Civil

3 – FATORES IMPORTANTES NA ELABORAÇÃO DO PAA

O presente Plano Anual de Auditoria – PAA, exercício 2016, foi elaborado em consonância com a legislação vigente, bem como seguindo as normas internas de procedimentos.

A sugestão dos trabalhos de auditoria pautou-se ainda nos seguintes fatores: a) efetivo de servidores atuais na auditoria; b) necessidades do Tribunal de Justiça; c) atendimento às demandas internas; d) materialidade dos temas; f) observações que foram efetuadas criteriosamente no decorrer do exercício de 2013;

Com base no acima exposto e, considerando a importância dos riscos inerentes de cada setor, foram selecionadas as seguintes áreas para serem objeto de auditoria no exercício de 2016: coordenadoria de periciais judiciais, controle de gestão, prestação de contas, Diretoria de Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal – FERD, secretaria de planejamento e administração, sistema de protocolo, divisão de contabilidade e departamento de precatórios.

4 – DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA

Os trabalhos de auditoria a serem realizados no exercício de 2016 serão observados se as legislações atinentes ao setor público estão sendo observadas pelos diversos setores do TJ, bem como as normas internas. Ao final dos trabalhos serão apresentadas recomendações visando à melhoria ou implantação pelos controles setoriais existentes.



**Estado de Sergipe
Poder Judiciário**
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

As ações relacionadas neste plano estão de acordo com os programas de exame de regularidade e de controle individualizado.

Quanto ao objetivo de realizar auditorias em conjunto com a Assessoria de Controle Interno do CNJ, dependem de definição superior.

5 – PROGRAMA DE TREINAMENTO

O programa de treinamento iniciado no exercício de 2011 e dado continuidade no exercício de 2015 foi de suma importância para conseguirmos atingir os resultados já alcançados no decorrer deste.

Cabe ressaltar que o aprendizado continuado é condição fundamental para uma melhor execução das tarefas apresentadas por esta Auditoria e dessa forma, a continuidade dos treinamentos no exercício de 2016 se torna ponto inquestionável.

Aprimoramento técnico para desenvolvimento das atividades de auditoria interna, bem como a participação de Cursos Externos, Fóruns, Congressos deve ser mantida como uma política interna, tanto para que as atividades de controle sejam consolidadas, bem como para melhoria da qualificação profissional dos servidores desta casa.

Os temas para capacitação de servidores que planejamos para o exercício de 2016 são inerentes às atividades de auditoria interna.

As demandas para a área de auditoria são praticamente infinitas, já que o referido setor trabalha auditando diversas áreas do Poder Judiciário, o que torna imprescindível para os servidores deste Departamento de Controle Interno capacitações nas áreas de: a) Contabilidade Pública - Nova Contabilidade; b) Auditoria em obras públicas; c) Auditoria em Gestão de pessoas; d) Auditoria em Folha de Pagamento e retenções trabalhistas (resolução CNJ); f) Auditoria em Contratos ; g) Tecnologia da Informação; h) Auditoria em Patrimônio Público;



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

AUDITORIAS PREVISTAS PARA 2016

Para o planejamento das auditorias, foram levadas em consideração as informações do Conselho Nacional de Justiça, transmitidas pela Secretaria de Controle Interno, que tem como meta a verificação da aderência da área de tecnologia da informação e gestão de contratos terceirizados.

Num segundo momento, o planejamento deu enfoque às sugestões apontadas pela Divisão de Acompanhamento de Gestão.

Diante disso, dividimos os trabalhos a serem desenvolvidos no ano em curso em duas seções, na forma a seguir.

1 - AUDITORIA COMPARTILHADA COM O CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA - CNJ

Para as auditorias compartilhadas, estamos aguardando a previsão do CNJ quanto à definição das áreas a serem fiscalizadas.

2 – AUDITORIAS INTERNAS A SEREM REALIZADAS PELO DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

2.1 – Secretaria de Tecnologia

Auditoria em contratos de bens e serviços de Tecnologia da Informação quanto a sua verificação nos seguintes pontos: **planejamento, contratação e gestão**, conforme as boas práticas de Administração Pública consideradas pelo CNJ.

Data prevista: 07.01.2016 a 15.02.2016

2.2 - Área: Secretaria de Planejamento e Administração

Acompanhamento dos procedimentos realizados pela Comissão para orientar e padronizar os procedimentos de depreciação e reavaliação no âmbito do Poder Judiciário

Período: 17.02.2016 a 18.03.2016



**Estado de Sergipe
Poder Judiciário**

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

2.3 - Área: Auditoria na Prestação de Contas

Analisar e comparar, antes de enviar para o TCE, as informações contidas na Prestação de contas com os fornecidos pelo link “transparência” no portal do Tribunal de Justiça.

Data prevista: 21.03.2016 a 28.04.2016

2.4 - Área: Divisão de Transporte

Verificar os controles internos existentes e o atendimento dos itens mencionados no relatório de auditoria realizada por este Departamento de Controle no mês de outubro de 2014.

Data prevista: 21.03.2016 a 20.04.2016

2.5 - Área: Coordenadoria de Periciais Judiciais

Verificar o cumprimento de suas competências conforme Ato TJ/SE nº 1.627/2008 e demonstrar o número de processos analisados.

Data prevista: 25.04.2016 a 30.05.2016

2.6 - Área: Centro Médico

Verificar o cumprimento de suas competências conforme Ato TJ/SE 1.627/2008 no que se refere ao bom desempenho de suas atividades.

Data prevista: 02.06.2016 a 30.06.2016

2.7 - Área: Departamento de Obras

Verificar o atendimento dos itens mencionados no relatório de auditoria realizada por este Departamento de Controle no mês de outubro de 2015. E acompanhar a obra do Fórum de Simão Dias.

Data prevista: 04.07.2016 a 05.12.2016

2.8 - Área: Coordenadoria de Material

Examinar os controles internos existentes, além do cumprimento das determinações contida no ato nº 1.627/2008 e IN/TJSE nº 03/2009

Data prevista: 04.07.2016 a 05.08.2016



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

2.9 - Divisão de Contabilidade

Verificar o registro contábil dos bens imóveis de acordo com a realidade do Tribunal de Justiça.

Data prevista: 10.08.2016 a 16.09.2016.

2.10 – Área: Diretoria de Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal – FERD

Examinar a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Receitas e Despesas – FERD

Data Prevista: 19.09.2016 a 04.11.2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente plano foi elaborado de forma a ser cumprido na íntegra, considerando a possível capacitação dos servidores deste departamento de controle, para que os objetivos sejam atingidos.

Com relação aos cursos de capacitação a serem ministrados pelo CNJ para realização de auditorias compartilhadas, esta Divisão de Auditoria indicará os servidores que participarão do treinamento com a devida autorização do Chefe deste Departamento, observando que os mesmos irão compartilhar o aprendizado com os demais integrantes desta unidade.

As auditorias internas para o exercício de 2016 poderão ser alteradas em decorrência de pedidos específicos da Presidência do Tribunal de Justiça ou do Conselho Nacional de Justiça.

As demais atribuições da Divisão de Auditoria serão objeto de análise, levantamento, fiscalização ou monitoramento no decorrer do ano e conforme determinação da alta administração ou necessidade do Tribunal.

As equipes serão definidas no decorrer dos trabalhos, pela Chefe da Divisão de Auditoria, de acordo com a formação acadêmica e experiência de cada servidor.

Os relatórios de Auditoria, quando houver sugestão de melhorias ao setor auditado, serão apresentados e submetidos à aprovação superior, que verificará a pertinência do sugerido, bem



**Estado de Sergipe
Poder Judiciário**

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

como a viabilidade de sua adoção, levando em consideração as metas estratégicas estabelecidas para toda a instituição.

Dessa forma, submetemos este plano anual de auditoria à consideração superior, para apreciação e aprovação.

Aracaju, 10 de novembro de 2015.

Durval Almeida Bidegain
Chefe da Divisão de Acomp. de Gestão

Sirley Maclaine da Graça
Chefe da Divisão de Auditoria

Formatado

Jurandi Conrado
Chefe do Depto de Controle Interno

Formatado



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ANEXO I
QUADRO DE DETALHAMENTO DO PAA (PLANO ANUAL DE AUDITORIA)

N. DA AÇÃO	ÁREA	Secretaria de Tecnologia	
01	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Verificar e informar o atendimento às deliberações da Unidade de Controle Interno e suas conseqüências na gestão do Tribunal.	
	TIPO	Auditoria de Conformidade	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: Inexistência de aprimoramento dos controles internos administrativos; Relevância: atendimento das recomendações da unidade de controle interno e do CNJ contribui para o fortalecimento do ambiente de controle e aprimoramento da gestão.	
	FORMA	Direta	
	METODOLOGIA	Será utilizado as deliberações expedidas nos relatórios de auditorias ano 2014.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO	TÉRMINO DO TRABALHO
	EQUIPE	07.01.2016	15.02.2016
	Patrícia e Sirley		

N. DA AÇÃO	ÁREA	Secretaria de Planejamento e Administração Comissão Constituída	
02	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Acompanhamento os procedimentos realizados pela Comissão para orientar e padronizar os procedimentos de depreciação e reavaliação no âmbito do Poder Judiciário.	
	TIPO	Monitoramento	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: inobservância as Normas de Contabilidade aplicada ao setor público e falta de integração entre as áreas envolvidas na comissão; Relevância: cumprimento quanto aos objetivos da Portaria nº 248/2014 .	
	FORMA	Avaliação das informações e cumprimento do encaminhamento das recomendações do DCI.	
	METODOLOGIA	Será utilizado as deliberações expedidas nos relatórios de análise ano 2015.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO	TÉRMINO DO TRABALHO
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	17.02.2016	18.03.2016
EQUIPE	02 (dois) Servidores: Sirley e Patrícia		



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

N. DA AÇÃO	ÁREA	Secretaria de Finanças e Orçamento - SEFINOR	
03	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno - DCI	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Analisar e comparar, antes de enviar para o TCE, as informações contidas na Prestação de contas com os fornecidos link “transparência” no portal do Tribunal de Justiça.	
	TIPO	Auditoria de Gestão	
	FORMA	Direta	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: divergência de informações contidas na prestação de contas e portal da transparência; Relevância: cumprimento da obrigação legal, transparência na gestão de recursos públicos e informações ajustadas.	
	METODOLOGIA	Será utilizada a Prestação de Contas anual enviada ao TCE/SE.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO 21.03.2016	TÉRMINO DO TRABALHO 28.04.2016
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	Departamento de Controle Interno	
	EQUIPE	02 (dois) servidores: Patrícia Brito e Pablo Roberto	

N. DA AÇÃO	ÁREA	Secretaria de Planejamento e Administração	
04	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Verificar os Controles Internos e o atendimento dos itens mencionados no relatório de auditoria realizada por este Departamento de Controle no mês de Outubro/2014.	
	TIPO	Conformidade	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: Inexistência de aprimoramento dos controles internos administrativos; Relevância: atendimento das recomendações da unidade de controle interno contribui para o fortalecimento do ambiente de controle e aprimoramento da gestão.	
	FORMA	Direta	
	METODOLOGIA	Será utilizado as deliberações expedidas nos relatórios de auditorias ano 2014.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO 21.03.2016	TÉRMINO DO TRABALHO 20.04.2016
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	Departamento de Controle Interno	
	EQUIPE	02 (dois) Servidores: Cleverton , Pablo e Patrícia	



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

N. DA AÇÃO	ÁREA	Secretaria Judiciária - Coordenadoria de Perícias Judiciais	
05	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Verificar a aderência das práticas de gestão e o cumprimento de suas competências conforme Ato TJ/SE nº 1.627/2008; demonstrar o número de processos analisados em relação ao número de servidores.	
	TIPO	Auditoria Operacional - AO	
	FORMA	Direta	
	RISCO e RELEVÂNCIA	Risco: impropriedade e morosidade nos processos analisados. Relevância: cumprimento das formalidades e práticas administrativas .	
	METODOLOGIA	Será utilizado o método de auditoria por amostragem não estatística, em percentual a ser definido, de acordo com os estudos dos itens analisados.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO 25.04.2016	TÉRMINO DO TRABALHO 30.05.2016
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	Departamento de Controle Interno	
EQUIPE	02 (dois) servidores: Patrícia Brito e Pablo		

N. DA AÇÃO	ÁREA	Secretaria de Planejamento e Administração - Centro Médico	
06	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Verificar o cumprimento de suas competências conforme Ato TJ/SE 1.627/2008 no que se refere ao bom desempenho de suas atividades.	
	TIPO	Auditoria Operacional	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: Inexistência de aprimoramento dos controles internos administrativos; Relevância: atendimento das recomendações da unidade de controle interno contribui para o fortalecimento do ambiente de controle e aprimoramento da gestão.	
	FORMA	Direta	
	METODOLOGIA	Será utilizado questionário de controle interno, número de atendimentos aos funcionários deste Tribunal e o volume de recursos utilizados.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO 02.06.2016	TÉRMINO DO TRABALHO 30.06.2016
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	Departamento de Controle Interno	
EQUIPE	02 (dois) Servidores: Sirley e Patrícia		



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

N. DA AÇÃO	ÁREA	Secretaria de Planejamento e Administração Departamento de Obras	
07	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Verificar o atendimento dos itens mencionados no relatório de auditoria realizada por este Departamento de Controle no mês de Outubro de 2015 . E acompanhar a obra do Fórum de Simão Dias. cumprimento de suas competências conforme Ato TJ/SE 1.627/2008 no que se refere ao bom desempenho de suas atividades.	
	TIPO	Monitoramento	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: Inexistência de aprimoramento dos controles internos administrativos; Relevância: atendimento das recomendações da unidade de controle interno contribui para o fortalecimento do ambiente de controle e aprimoramento da gestão.	
	FORMA	Direta	
	METODOLOGIA	Será utilizado as deliberações expedidas nos relatórios de auditorias ano 2015.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO	TÉRMINO DO TRABALHO
		04.07.2016	05.12.2016
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	Departamento de Controle Interno	
EQUIPE	02 (dois) Servidores: Cleverton e Pablo		

N. DA AÇÃO	ÁREA	Secretaria de Planejamento e Administração Coordenadoria de Material	
08	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Examinar os controles internos existentes, além do cumprimento das determinações contida no Ato n. 1.627/2008 e IN TJSE nº 03/2009 . Verificar o fluxo procedimental administrativo.	
	TIPO	Auditoria Operacional	
	FORMA	Direta	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: fragilidades dos controles internos ; Relevância: controle de gestão e cumprimento das normas internas.	
	METODOLOGIA	Verificar a rotina do setor com ênfase nos controles internos para o atendimento da finalidade do setor.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO	TÉRMINO DO TRABALHO
		04.07.2016	05.08.2016
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	Departamento de Controle Interno	
EQUIPE	02 (dois) servidores: Patricia e Cleverton		



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

09	N. DA AÇÃO	Secretaria de Finanças e Orçamento - SEFINOR Divisão de Contabilidade	
	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno - DCI	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Verificar o registro contábil dos bens móveis e imóveis de acordo com a realidade do Tribunal de Justiça	
	TIPO	Auditoria Operacional	
	FORMA	Direta	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: fragilidades dos controles internos ; Relevância: transparência e cumprimento das normas internas.	
	METODOLOGIA	Verificar o grupo Ativo Imobilizado no Balanço Patrimonial de 2015.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO	TÉRMINO DO TRABALHO
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	10.08.2016	16.09.2016
EQUIPE	02 (dois) servidores: Patrícia Brito e Sirley		

10	N. DA AÇÃO	Secretaria de Finanças e Orçamento - SEFINOR Diretoria de Sistema de Arrecadação e Gestão Fiscal – FERD	
	ORIGEM DA DEMANDA	Departamento de Controle Interno - DCI	
	OBJETIVO DA AÇÃO	Examinar a aplicação dos recursos do Fundo Especial de Receitas e Despesas – FERD	
	TIPO	Auditoria de Conformidade	
	FORMA	Direta	
	RISCO E RELEVÂNCIA	Risco: possíveis desvios entre os recursos utilizados com a finalidade do FERD estabelecido em Lei ; Relevância: cumprimento das formalidades e preceitos legais.	
	METODOLOGIA	Análise de receitas e utilização de recursos do FERD para pagamentos de despesas, conforme critério de amostragem definido no planejamento operacional.	
	CRONOGRAMA	INÍCIO DO TRABALHO	TÉRMINO DO TRABALHO
	LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS	19.09.2016	04.11.2016
EQUIPE	02 (dois) servidores: Patrícia Brito e Pablo Roberto		



Estado de Sergipe
Poder Judiciário

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

ANEXO II - PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Nº	Descrição Sumária	Tipo de Fiscalização	Objetivo	Escopo	Programação	
					Início	Final
01	Área: Controles de Gestão Assunto: Atendimento às diligências do TCE e CNJ	ADM	Atender as diligências e pedidos de informações recebidas do órgão de controle externo e do CNJ no prazo convencionado.	Diligências e pedidos de informações recebidas no exercício de 2016	07/01/2016	16/12/2016
02	Área: Recursos Humanos Assunto: Capacitação e Desenvolvimento	ADM	Manter a equipe atualizados da legislação da área de controle interno e aplicável ao Tribunal. Desenvolver a equipe em novas técnicas, ferramentas administrativas de trabalho e áreas de auditoria.	Capacitação nos seguintes temas: auditoria governamental, avaliação de controles internos. Capacitação nas seguintes ferramentas de trabalho: Excel intermediário e avançado aplicado ao controle.	07/01/2016	16/12/2016
03	Área: Controles de Gestão Assunto: Estrutura Logística e Tecnológica	ADM	Suprir a unidade de controle interno de recursos materiais e tecnológicos para o desenvolvimento de suas atividades institucionais	Aquisição de material bibliográfico sobre os seguintes temas: controle interno, auditoria governamental etc.	22/02/2016	01/03/2016
04	Área: Gestão Operacional Assunto: Avaliação de Resultado Institucional	ADM	Prestar contas à Administração Superior das atividades realizadas pela unidade de controle interno e avaliar o resultado da execução do Plano Anual de Auditoria	Avaliação do resultado da execução das atividades programadas no Plano Anual de Auditoria de 2016	02/02/2016	04/03/2016
05	Área: Gestão Operacional Assunto: Programação Anual de Auditoria	ADM	Definir a programação das atividades de fiscalização da unidade de controle interno.	Priorização das atividades de auditoria, inspeção administrativa, fiscalização e administrativas a serem executadas no exercício de 2017.	03/11/2016	18/11/2016



Estado de Sergipe
Poder Judiciário
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

